



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 29/2009** -----

-----Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 09 de Dezembro de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de 726.038,35 € (setecentos e vinte e seis mil, trinta e oito euros e trinta e cinco centimos), conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Presidente da Câmara, à presente reunião, por questões de ordem profissional, presidindo à mesma o Vice-Presidente da Câmara, José Francisco Rolo.-----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**2.1 – NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIS**-----

-----O Vice-Presidente da Câmara deu início ao período Antes da Ordem do Dia, manifestando a intenção de inclusão neste ponto da designação do Presidente do Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis. Esclareceu que este assunto foi tornado público pela comunicação social tendo por base uma informação prestada pelo executivo em permanência, a qual admitiu ter sido extemporânea. Considerou no entanto tratar-se de um lapso que o executivo em permanência admitia sem quaisquer reservas, sublinhando que “não se tratou de uma atitude de desconsideração, desrespeito, ou de mérito, para com este executivo”. Lembrou ter sido um assunto abordado pelo Presidente da Câmara na última reunião de executivo, em que dava conta de que estavam a ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

encetadas conversações no sentido de se encontrar uma pessoa com o perfil, com a experiência, com a capacidade, e com a dinâmica necessária para presidir aos destinos do Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis que, como é do conhecimento de todos é uma fundação nuclear fundamental, quer no domínio social, quer no domínio da prestação de cuidados de saúde no concelho de Oliveira do Hospital, e também na região da Beira Serra. Esclareceu ainda que a intenção do Presidente da Câmara era apresentar esta proposta em reunião extraordinária da Câmara Municipal de 03 de Dezembro de 2009, tendo no entanto, após análise, decidido que o mesmo não seria oportuno uma vez que não constava da Ordem do Dia para aquela sessão. Disse igualmente que durante este período o Sr. Dr. Sebastião Antunes também havia solicitado que a sua substituição fosse efectuada até ao dia 01 de Dezembro do corrente ano, pelo que o Presidente da Câmara entendeu por bem convidar o Sr. Dr. Álvaro Herdade para ocupar aquele cargo, atendendo ao seu perfil, quer como médico, quer como gestor na sua actividade privada, quer na sua participação em várias instituições de carácter público, quer também como empreendedor. Salientou ainda que “entendemos assim, que pelo seu nome, pelo seu perfil, pelas suas capacidades demonstradas e pela sua ligação à medicina, reunia excelentes condições para presidir a uma instituição que tem os desafios e que tem a marca, quer na saúde, quer na acção social, no concelho e no alto distrito. Por estas razões gostava de colocar o nome do Dr. Álvaro Herdade à votação.” Declarou ainda que “antes de avançar, não estaria a ser justo, e porque o senhor Presidente da Câmara também já o fez, se não manifestasse aqui o claro reconhecimento pelo trabalho das anteriores direcções, e por todos os Corpos Sociais. E na pessoa do Sr. Dr. Sebastião Antunes, manifestava portanto o louvor, o reconhecimento desse trabalho feito. Eu acredito que os Corpos Sociais, e particularmente o Conselho de Administração sempre fizeram o melhor para servir e valorizar a instituição, Fundação Aurélio Amaro Dinis.” Concluiu referindo que “uma nova direcção emergirá, mas neste momento, e em nome do senhor Presidente da Câmara, gostaria de colocar à votação o nome do Sr. Dr. Álvaro Herdade para Presidente do Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis”, tendo de seguida convidado os senhores Vereadores a pronunciarem-se sobre o assunto, apresentando desculpas pelo sucedido. -----

-----Os Vereadores eleitos pelo Movimento de Cidadãos - OLIVEIRA DO HOSPITAL SEMPRE referiram aceitar o pedido de desculpas apresentado pelo Vice-Presidente, não vendo qualquer inconveniente na introdução deste ponto no período Antes da Ordem do Dia. Salientaram ainda reconhecer no Dr. Álvaro Herdade, uma pessoa dinâmica com provas dadas, quer ao nível da medicina, quer ao nível do seu empenho empresarial no concelho. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu tratar-se de um assunto que foi “mais do que batido na praça pública”, depois de ter sido dada a informação na reunião anterior de que andavam a ser encetados alguns contactos para o efeito, sublinhando que não foi feita qualquer auscultação da sensibilidade do executivo relativamente a pessoas. Afirmou discordar com a indicação do nome do Dr. Álvaro Herdade para presidir o Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis, salientando que “não votarei a favor e não aceito que o assunto seja introduzido nesta reunião, porque não consta da ordem do dia da presente reunião. Eu não aceito que um assunto desta natureza, e que deve ser analisado e discutido em profundidade e à vontade sem a presença de corpos estranhos, seja introduzido aqui à força por um erro cometido pelo executivo em permanência porque quis dar “o passo maior que a perna”, e esqueceu-se, antes de fazer o que devia fazer, ler os Estatutos da Fundação, e actuar em conformidade com o que está definido naquele documento.” Disse ainda tratar-se de uma questão que também trazia agendada para formular aquando da apresentação dos seus assuntos, frisando que “na altura adequada e numa reunião própria direi o mais que terei a dizer sobre esta matéria”. Prosseguiu referindo que “não é de bom tom” que esta nomeação seja introduzida na presente reunião”, para a qual considera ter havido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

tempo suficiente para programar a respectiva Ordem do Dia. Salientou ainda que “querer introduzir este assunto na presente reunião, à última da hora, porque entretanto viram a “cavalada” que meteram, e então “querem agora tapar a cavalada com outra cavalada”. E portanto, não me parece ser muito correcto.” Criticou igualmente o facto de apenas estar a ser proposto a nomeação do Dr. Álvaro Herdade, quando na comunicação social já é divulgada a equipa que também o acompanhará. Lembrou ainda que o que está definido nos Estatutos daquela entidade é que a Câmara Municipal indica o Presidente do Conselho de Administração e este escolhe os restantes elementos da sua equipa. Entende assim que o processo em causa não decorreu como deveria ter decorrido.-----

-----O Vereador Paulo Rocha tomando uso da palavra começou por subscrever a posição do Vereador Mário Alves, sublinhando que “de facto a fuga de informação foi extemporânea, não só em relação à nomeação do Dr. Álvaro Herdade”, lembrando que também já é conhecida toda a composição do Conselho de Administração. Disse ainda concordar com a não introdução do assunto na presente reunião, dado que o mesmo é apresentado “à última da hora”. Concluiu subscrevendo o voto de louvor apresentado ao trabalho realizado pelo Dr. Sebastião Antunes e pela sua equipa, que na sua opinião “engrandeceram em muito a Fundação Aurélio Amaro Dinis e o concelho de Oliveira do Hospital nos últimos anos”.-----

-----O Vice-presidente da Câmara referiu que, apesar de não concordar com a linguagem utilizada pelo Vereador Mário Alves, não iria tecer qualquer apreciação sobre a mesma. Quanto à não auscultação dos vereadores da oposição deu conta de que, na última reunião, aquando da apresentação do assunto, foram indicados nomes, entendendo assim que “as pessoas foram livres de se pronunciar”, relembrando que também “em 2001 o nome do Dr. Sebastião Antunes saiu primeiro na comunicação social e só depois é que veio à reunião de Câmara”. Garantiu ainda “que não há aqui nenhuma desconsideração, nem pelo executivo, nem pela imagem pública da Fundação Aurélio Amaro Dinis”. Referiu ainda que “quanto à divulgação do nome do Presidente do Conselho de Administração, podem assacar-nos todas as responsabilidades”, lembrando que, no que diz respeito aos outros elementos que compõem a equipa, e tal como é mencionado nos Estatutos daquela entidade “cabe ao Presidente do Conselho de Administração escolher os restantes elementos”. Considera no entanto que os nomes que foram divulgados pela comunicação social “podem continuar a valorizar, a engrandecer, e a alavancar a Fundação Aurélio Amaro Dinis, nas suas várias valências, sublinhando que “são nomes válidos e de mérito no concelho de Oliveira do Hospital, e que podem valorizar a instituição”.-----

-----O Vereador Mário Alves explicou que quando usou a expressão “cavalada” foi no sentido figurativo, lembrando que também poderia ter usado o termo “argolada”. Sublinhou ainda que o fez sob o ponto de vista político, e que é nessa perspectiva que as suas intervenções são feitas neste órgão. Lembrou ainda o senhor Vice-Presidente de que está num executivo em que não tem maioria, e que mesmo assim quer comparar a sua situação com a do executivo no ano de 2001, salientando ainda que, àquela data, o executivo tinha uma maioria que lhe assegurava poder levar a cabo algumas diligências, nomeadamente a aprovação de um determinado nome, porque tinha a segurança de que o mesmo seria aprovado. Situação que na sua opinião não acontece actualmente dado que se verificam algumas diferenças, qualitativas e quantitativas, em termos políticos. Lembrando que é de política que têm estado a falar.-----

-----O Vice-presidente da Câmara referiu ter consultado a acta de 2001 tendo verificado que também nessa altura o nome do Dr. Sebastião Antunes não foi votado em reunião de executivo.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu desconhecer se houve ou não votação na altura, lembrando que essa é uma responsabilidade de quem elabora e supervisiona as actas das reuniões da Câmara Municipal.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Submetido o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Vice-Presidente da Câmara e Vereadores Maria da Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho, e os votos contra dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha, incluir a proposta de nomeação do Dr. Álvaro Herdade para Presidente do Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis no ponto 4 - Outros Assuntos da presente Ordem do Dia. -----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----**2.2.1 – ILUMINAÇÃO DE NATAL**-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à instalação da iluminação de Natal na cidade de Oliveira do Hospital, questionando o Vice-presidente sobre se, aquando da sua montagem, foi tida em conta a protecção dos candeeiros de iluminação pública uma vez que tem verificado a existência de alguns prumos encostados aos mesmos. Referiu ainda desconhecer se foi ou não tomada alguma medida preventiva a fim de evitar a sua deterioração, nomeadamente daqueles que são de cor, pois entende que é necessário ter alguns cuidados quando utilizados para outro efeito. -----

-----O Vice-presidente da Câmara referiu que a montagem da iluminação de Natal foi uma das prioridades assumidas pelo actual executivo desde o dia em que tomou posse, pelo que a informação transmitida à empresa adjudicatária foi que fosse efectuado um trabalho “estético de qualidade, apelativo, que valorizasse e iluminasse bem, quer a cidade, quer o comércio local”, dando conta de que foram dadas indicações à empresa responsável no sentido de proteger o urbanismo da cidade, quer em termos de espaços de circulação, quer em termos dos equipamentos de decoração pública. Disse ainda desconhecer se houve alguma situação que de alguma forma tenha “adulterado” algum equipamento público, garantindo no entanto que solicitará um maior acompanhamento à montagem da referida iluminação, a fim de salvaguardar a protecção dos ditos equipamentos.-----

-----**2.2.2 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS**-----

-----O Vereador Mário Alves deu conta de que teve conhecimento que alguém com responsabilidades no Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas terá dito a alguns fornecedores “que não podiam pagar porque a Câmara Municipal lhes devia muito dinheiro”. Referiu ainda que “tendo em atenção o bom-nome desta instituição, gostava de saber se efectivamente existe alguma dívida da Câmara Municipal para com aquele Agrupamento, dado que o anterior executivo, durante o mês de Outubro, pagou tudo o que existia em dívida.” Justificou a sua questão no facto de só assim poder inferir “se não há aqui uma exploração negativa por parte do Agrupamento relativamente à instituição Câmara”.-----

-----Sobre o assunto, a Vereadora Maria da Graça Silva referiu desconhecer se há ou não dívida da Câmara Municipal em relação ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, mas tem conhecimento de que aquele Agrupamento está a passar por algumas dificuldades financeiras. Informou ainda que por essa razão tem uma audiência agendada para o próximo dia 15 com o Director daquele Agrupamento.-----

-----O Vereador Mário Alves disse tratar-se de uma situação que poderá ser confirmada pelos serviços da contabilidade. Disse no entanto considerar “inadmissível que algumas pessoas do Agrupamento queiram utilizar o argumento “Câmara Municipal” para justificarem as tais dificuldades que poderão estar a existir”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Vereadora Maria da Graça Silva deu ainda conta de que a única falha que neste momento poderá existir, em termos de pagamento, por parte da Câmara Municipal em relação àquele Agrupamento, são os subsídios aprovados na anterior reunião da Câmara Municipal e que ainda não foram entregues, ao que o Vereador Mário Alves esclareceu que os referidos subsídios, aprovados recentemente pela Câmara Municipal, nada têm a ver com a presumível dívida em causa. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes sugeriu que a Câmara Municipal envie uma carta ou efectue um contacto telefónico, dizendo que não devem usar este tipo de argumentos para justificar as dificuldades por que passa aquele Agrupamento.-----

**2.3 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----**

**-----2.3.1 – IRMANDADE DE SANTA ANA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -  
DESAFECTAÇÃO DE TERRENOS -----**

-----O Vereador Paulo Rocha fez referência à solicitação da Irmandade de Santa Ana, de Oliveira do Hospital, efectuada ainda no anterior mandato, e que é do conhecimento do actual executivo, para desafecção de uma parcela de terreno do domínio público para o domínio privado, lembrando que este assunto, antes de ser presente em sessão da Assembleia Municipal, deve ser discutido em reunião de executivo. Atendendo a que a próxima sessão da Assembleia Municipal é já no dia 19 do corrente mês, questionou o Vice-presidente relativamente ao seu ponto de situação, considerando que o mesmo já não poderá ser presente naquela sessão. -----

-----O Vice-presidente da Câmara deu conta de que iria procurar obter informações concretas sobre o assunto junto dos serviços técnicos da autarquia, e que numa próxima reunião daria uma explicação mais cabal e esclarecedora sobre o mesmo. -----

-----O Vereador Mário Alves informou ter conhecimento de que, quando terminou o seu mandato, o processo em causa reunia todas as condições necessárias para ser objecto de deliberação por parte da Câmara Municipal, e posterior remessa à Assembleia Municipal. Disse ainda não se tratar de uma questão dos serviços técnicos, porque “as informações técnicas e jurídicas estão contidas no processo que foi entregue”, mas sim de uma questão de agendamento.-----

**3 - ORDEM DO DIA -----**

**3.1 – ACIC - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIMBRA -  
ALARGAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS  
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**

D.A.G.F/Proc.33/6

-----Sob proposta do Vice-presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, autorizar o alargamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do concelho de Oliveira do Hospital, durante o corrente mês de Dezembro, nos termos a seguir definidos, conforme solicitado pela ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra, através do Fax com a referência DA/24/2009, datado de 24 de Novembro: -----

-----Abertura todos os dias da semana, sem interregno à hora do almoço, das 9:00 horas às 22:00 horas. -----

**3.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**a) AUTARQUIAS:**-----

-----**a-1) FREGUESIA DE LAGARES DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----Presente o ofício nº40, de 2 de Dezembro de 2009, remetido pela Freguesia de Lagares da Beira, a solicitar apoio financeiro para fazer face a despesas tidas com a realização de alguns trabalhos, a saber, arranjo de caminhos, limpeza do espaço da ACIBEIRA, limpeza de árvores de grande porte, e bem assim com a aquisição de uma cabine para abrigo de passageiros e de um terreno à empresa Portugal Telecom para alargamento do cemitério, daquela freguesia. -----

-----Pelo exposto, o Vice-Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lagares da Beira, um subsídio no montante de 10.000,00 € (Dez mil euros), dando conta de que, para além deste pedido, há outros que têm vindo a dar entrada nos serviços da Câmara Municipal e que neste momento se encontram em apreciação.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu manter a sua posição manifestada aquando da discussão da eventual atribuição de subsídio à Freguesia da Lajeosa. Disse ainda entender que “havendo outros pedidos em análise, devem ser tratados de igual forma”. Esclareceu ainda excepcionar do presente pedido a questão da atribuição de verba destinada à aquisição de terreno para alargamento do cemitério. Quanto aos restantes pedidos, disse entender que estes deverão ser considerados conjuntamente com os outros que se encontram ainda pendentes, para que assim se possa aferir dos critérios de atribuição dos mesmos às restantes Juntas de Freguesia. Lembrou ainda que o pedido apresentado pela Junta de Freguesia de Lagares da Beira se reporta a obras que já se encontram concluídas a algum tempo, situação que a avaliar também poderá vir a ser adoptada pelas restantes freguesias do concelho uma vez que estariam nesse direito. Considera assim que a Câmara Municipal deve fixar um critério global que permita a todos os elementos do executivo ter a consciência de que estão a agir com igualdade para com todas as freguesias do concelho. Concluiu referindo que em nada o repugna votar favoravelmente a atribuição de subsídio para aquisição de terreno destinado ao alargamento do cemitério daquela freguesia, por considerar que se trata de uma questão que desde sempre foi tratada à parte e em que o critério adoptado pela Câmara Municipal era financiar integralmente a aquisição de terrenos para aqueles fins, à semelhança do que foi feito com outras freguesias do concelho.-----

-----O Vice-presidente da Câmara informou que “o tratamento dos pedidos formulados por todas as Juntas de Freguesia é feito por igual, em circunstâncias iguais, sem quaisquer distinções”, Referiu ainda que o procedimento hoje adoptado não é diferente daquele que era tido antes das eleições de 11 de Outubro. Esclareceu ainda que dos pedidos apresentados, uns já se encontram instruídos, e outros estão ainda em apreciação no Gabinete de Apoio às Freguesias. Lembrou ainda que apesar de ser um pedido que se reporta a obras já realizadas, ninguém as põe em causa. Frisou ainda que não se trata de obras fictícias, mas sim de obras realizadas consideradas úteis para a freguesia. -----

-----Mais referiu que o pedido ora apresentado está a ser analisado da mesma forma que sempre foram analisados idênticos pedidos nos anteriores mandatos de que fez parte. Referiu igualmente que “o objectivo não é distinguir ninguém ou diminuir outrem, mas sim tratar em circunstância igual aquilo que é igual”. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou ainda que a Câmara Municipal deveria atribuir subsídio para a realização de novas obras, e não para obras que se encontram concluídas, quer fisicamente, quer financeiramente. Disse ainda tratar-se de “uma diferença qualitativa e quantitativa”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Carlos Mendes declarou que nada o repugna votar favoravelmente a atribuição do subsídio proposto, sublinhando que se trata de um apoio destinado a uma instituição pública que desenvolve trabalho em prol dos munícipes do concelho. Disse no entanto considerar que devem efectivamente ser fixados iguais critérios para todas as Juntas de Freguesia. Manifestou ainda a sua disponibilidade para dialogar ainda mais sobre o assunto em apreço para que de futuro se possam atribuir subsídios para obras que se venham a realizar e não para obras já realizadas. Declarou assim que os Vereadores do Movimento de Cidadãos – OLIVEIRA DO HOSPITAL SEMPRE votam favoravelmente a atribuição do subsídio ora proposto. -----

-----O Vereador Paulo Rocha interveio sugerindo ao Vice-presidente que sejam analisados todos os subsídios atribuídos à Junta de Freguesia de Lagares durante este ano civil, salvaguardando assim a sobreposição da concessão de apoios financeiros para a realização dos trabalhos referidos, pois tem ideia que alguns deles se reportam aos meses de Maio/Julho de 2009. Declarou no entanto votar favoravelmente a proposta apresentada, referindo esperar que sejam efectivamente seguidos critérios iguais, pois considera estarem a ser abertos precedentes relativamente ao tempo que medeia os investimentos citados. -----

-----**Submetido o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta, tendo o Vereador Mário Alves declarado votar favoravelmente a atribuição do presente subsídio, com a ressalva de que igual critério seja utilizado para todas as Freguesias do concelho, e de que vai falar com todos os Presidentes de Junta para que apresentem à Câmara Municipal a respectiva reivindicação relativamente a esta matéria, efectuando pedidos iguais.** -----

**3.3 - OBRAS PARTICULARES:** -----

-----**3.3.1 - LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS** -----  
D.S.T./DOC. 2

-----O Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 25 de Novembro e 09 de Dezembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**3.4 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

-----**3.4.1 - MAPA DE TRANSPORTES** -----  
D.A.G.F./DOC. 3

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 25 de Novembro e 10 de Dezembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**4 – OUTROS ASSUNTOS** -----

-----Sob proposta do Vice-Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----4.1 – ATRIBUIÇÃO DE CABAZES DE NATAL A FAMÍLIAS CARENCIADAS -----**

**D.A.G.F.**

-----O Vice-Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal, que de acordo com a Listagem de Beneficiários de Excedentes Alimentares existente nos Serviços de Acção Social desta Câmara Municipal, sejam atribuídos Cabazes de Natal às famílias mais carenciadas do concelho, que tenham ao seu encargo filhos menores de idade, segundo os seguintes critérios e valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor: -----

----- **FAMÍLIAS COM UM OU DOIS FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE 100,00 €(CEM EUROS)** -----

----- **FAMÍLIAS COM TRÊS OU QUATRO FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE 150,00 €(CENTO E CINQUENTA EUROS)** -----

-----**FAMÍLIAS COM MAIS DE QUATRO FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE 200,00 €(DUZENTOS EUROS)** -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea c) do nº4 do artº 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

----- Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves recomendou que, dentro dos possíveis, a entrega dos cabazes de Natal fosse feita sem a presença da comunicação social, recomendação que foi acolhida pelo Vice-presidente da Câmara, salientando que “jamais faríamos disto um show off”. Informou igualmente ainda que “esta iniciativa será intitulada de “Natal Solidário” e os cabazes serão entregues discretamente a todas as famílias beneficiárias, com o escrupuloso cumprimento do dever de reserva e recato, a que estamos obrigados”. -----

**-----4.2 – ADITO – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – PONTO DE SITUAÇÃO-----**

**D.A.G.F.**

-----O Vice-presidente da Câmara informou a Câmara Municipal que no passado dia 4 de Dezembro se realizou uma Assembleia-Geral Electiva da ADITO, em que estiveram presentes os representantes do Município de Oliveira do Hospital, incluindo o Presidente da Câmara Municipal, os representantes da Câmara Municipal de Tábua, e ainda o Dr. Ferreira Ramos da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra. Informou ainda que dessa reunião resultou a eleição do novo corpo directivo da ADITO, dando conta da sua constituição, a saber: -----

**ASSEMBLEIA-GERAL: -----**

-----**Presidente - Mário Loureiro, Vice-presidente da Câmara Municipal de Tábua;-----**

-----**Secretário – Telma da Conceição Correia Martinho, Vereadora da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital; -----**

-----**2º Secretário – Arménio Rodrigues, representante da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra; -----**

-----**Presidente da Direcção – José Francisco Rolo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital; -----**

-----**Vice-Presidente - Ana Paula Neves, representante da Câmara Municipal de Tábua  
Tesoureiro – Ferreira Ramos, representante da ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra;-----**

**CONSELHO FISCAL -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Presidente – Paulo Miguel Janela Mendes, representante da ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra;-----

-----1º Vogal – Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz, representante da Câmara Municipal de Tábua;-----

-----2º Vogal – Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Vereadora da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;-----

-----Informou ainda conta que numa próxima reunião daria conta dos assuntos tratados e abordados na mesma, sublinhando que a situação da ADITO “é complexa e difícil do ponto de vista financeiro”, situação que no seu entender terá que ser analisada com mais pormenor, no sentido de se “encontrarem soluções para o presente, para os compromissos, e para os desafios futuros da Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital”.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----Ainda sobre o assunto em epígrafe, o Vereador Paulo Rocha referiu entender que o Vice-presidente, em vez de “deixar no ar, a complexa situação financeira da Agência”, deveria ter dito de imediato e em traços gerais as razões dessa situação, para que não surjam dúvidas. Lembrou ainda que quando reuniu com o actual executivo, após as eleições de 11 de Outubro, teve o cuidado de informar o senhor Vereador José Francisco Rolo, de todos os motivos que levam à situação financeira da ADITO, salientando que, tal como é do conhecimento do senhor vereador, tem a ver com cortes nas participações da Agência, e outro tipo de despesas. Prosseguiu referindo que “deveria ter dito logo as razões, insinuações é que não. Nem lhe admito isso.”.-----

-----O Vice-presidente da Câmara acrescentou à declaração do Vereador Paulo Rocha “despesas elegíveis”, declarando que “isto nada tem a ver com o admitir ou deixar de admitir”. Fez ainda saber que tem na sua posse os respectivos números, os quais considera estarem claríssimos.-----

-----O Vereador Paulo Rocha afirmou ainda ter melhor conhecimento do que o senhor Vice-presidente desses números.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu também entender que é importante que os números sejam efectivamente apresentados, sublinhando que “não pode é deixar no ar qualquer ideia que possa levar a uma leitura de que foram contraídas despesas que não deveriam ter sido contraídas, ou que houve qualquer outro tipo de relacionamento em termos do funcionamento da Agência”. Disse igualmente que aquilo que se exige é que “em nome da verdade e da transparência as coisas sejam feitas dessa forma”.-----

-----Assunto, que o Vice-presidente da Câmara remeteu para análise numa próxima reunião.-----

-----**4.3 – DGAI – DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA – COMPENSAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS – ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**-----

D.A.G.F/Proc.16

-----Foi presente pelo Vice-Presidente da Câmara o ofício nº 27077, de 27 de Julho de 2009, remetido pela DGAI – Direcção Geral de Administração Interna, a dar conta de que está a ser processada, a favor das Câmaras Municipais, a transferência de verbas a que se refere o artº 10º da Lei nº 22/99, de 21 de Abril, relativas à eleição supramencionada.-----

-----Na sequência desta comunicação, o Sr. Presidente propôs que estas verbas sejam transferidas para as respectivas Juntas de Freguesia, em conformidade com os coeficientes previstos na Lei.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**4.4 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE** -----

**4.4.1 – PATROCÍNIA MARIA DIAS NOGUEIRA** -----

D.A.G.F./Proc. 47/9

----- Requer autorização para a instalação de dois reclusos luminosos, sendo que um é de dupla face, e outro de uma face, no seu estabelecimento, sito na Rua Dr. Adelino Júnior Mendes Abreu, Lote 2 – R/C, em Oliveira do Hospital. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

**4.5 – NOMEACÃO DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIS** -

-----Na sequência da deliberação tomada anteriormente no ponto 2.1 do período Antes da Ordem do Dia, o assunto em apreço foi submetido à votação, tendo a Câmara Municipal mediante escrutínio secreto deliberado, por maioria, com quatro votos favoráveis e dois em branco, nomear o Dr. Álvaro Herdade como Presidente do Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis.-----

**4.6 – OUTRAS INFORMAÇÕES** -----

D.A.G.F.

-----O Vice-presidente da Câmara deu ainda conhecimento à Câmara Municipal que o Município de Oliveira do Hospital se associou ao Projecto AGIR, na realização das actividades comemorativas do Dia Internacional da Deficiência, que tiveram lugar no passado dia 3 de Dezembro. Disse ainda que o Município de Oliveira do Hospital está dotado de instrumento de apoio financeiro na área de Acção Social pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social. Informou igualmente que o Projecto AGIR também tem estado a funcionar no domínio da Acção Social, dando conta de que “na semana passada teve lugar uma reunião no sentido de promover a aproximação entre os dois projectos no sentido de que eles prossigam o mesmo objectivo. Lembrou também que o Contrato Local de Desenvolvimento Social já iniciou em termos técnicos, referindo que se estão a criar as condições necessárias para que em breve possa também arrancar operacionalmente. Salientou ainda que “a breve trecho queremos promover uma aproximação das acções no terreno desenvolvidas pelo Projecto AGIR e pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social, visando uma fusão entre os dois projectos, a fim de evitar a duplicação de actividades desenvolvidas nesta área. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que não tem sido a autarquia a criar problemas nesta área, mas sim o Governo, através dos programas que tem vindo a lançar e das suas estruturas desconcentradas, referindo que, no caso concreto, através do Centro Regional de Segurança Social. Questionou ainda o Vice-Presidente da Câmara sobre se, após a fusão dos projectos, e uma vez que o Projecto AGIR termina durante o ano de 2010, vai haver continuidade mantendo os Técnicos que estão a trabalhar no mesmo, ou vai haver continuidade apenas com os Técnicos do Contrato Local de Desenvolvimento Social. Fez ainda referência ao RSI – Rendimento Social de Inserção, lembrando que, por esquecimento, ou não, o senhor Vereador não a mencionou. Presumindo que não o tenha feito por ter percebido que não há condições para a fundir, lembrando que se é pretensão do senhor Vice-presidente efectuar as referidas junções necessita de incluir o RSI na mesma plataforma. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Vice-presidente da Câmara prestou ainda alguns esclarecimentos a fim de clarificar todo o processo relativo à articulação destas fusões.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**4.7 – ASSUNTOS DOS VEREADORES**-----

**4.7.1 – INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA**-----

**4.7.1.1 – INFORMAÇÕES DIVERSAS**-----

-----A Vereadora Maria da Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal de que, no âmbito da Educação, todos os Agrupamentos de Escolas do concelho abrangidos pelo Projecto “Empreendedores”, irão levar a efeito de 9 a 14 de Dezembro, uma actividade denominada “O Empreendedor Por Um Dia”, em que alunos das escolas envolvidas no referido projecto vão vender nas ruas do Município produtos criados pelos próprios. Informou ainda que os alunos do 3º Círculo e Ensino Secundário vão participar no Concurso Nacional de Leitura 2009/2010, no âmbito do Projecto do Plano Nacional de Leitura, em articulação com as respectivas Bibliotecas Escolares. Deu ainda conta de que, no passado dia 5 de Dezembro atribuiu o prémio à melhor obra que constou da exposição que decorreu na Casa da Cultura César de Oliveira, organizada pelo OHS XXI, no âmbito do Festival das Artes Plásticas, prémio este que coube ao pintor Sérgio Reis. Referiu igualmente que nesse mesmo dia decorreu também na casa da Cultura César de Oliveira um concerto de Saxofones, lamentando no entanto o facto deste concerto não ter tido muita aderência por parte do público. Informou também de que vai decorrer uma exposição de presépios realizados pelos alunos que frequentam o Pré-escolar, com material reciclado, dando conta que os mesmos irão estar expostos nas lojas comerciais da cidade. Disse ainda que apesar de se ter sido uma ideia que partiu do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas todos os agrupamentos de escolas do concelho foram convidados a participar. Informou também que este trabalho teve a parceria da ADITO. Concluiu lembrando que o Jantar de Natal da Câmara Municipal se realizará no próximo dia 18 de Dezembro, tal como consta do convite enviado a todos os presentes, e que irão ser entregues cheques prenda aos filhos dos funcionários da autarquia, nas idades compreendidas dos 0 aos 12 anos. Informou ainda de que, até ao momento, já aderiram a esta iniciativa, cerca de 40 lojas comerciais, a quem foi enviado um conjunto de normas a ter em conta para o efeito.-----

**----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----**

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta.-----

**----- CONCLUSÃO DA ACTA -----**

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Vice-Presidente encerrada a reunião, pelas **dezassete horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi.-----



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 10 DE  
DEZEMBRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 10 de Dezembro de 2009-----**

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 10 DE  
DEZEMBRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**